

Uma análise empírica das relações do Terceiro Setor com o Estado e com o Mercado no Brasil e em Portugal

Marina Félix Melo

Universidade Federal de Alagoas (BRA)

Desenho de Investigação e Proposta Central

O recorte da presente pesquisa apoia-se em uma tese de doutorado que teve como objetivo central analisar as consequências do atual fluxo de profissionalização das Organizações Não-Governamentais (ONGs), notando que a profissionalização institucional tem sido um elemento-chave nas atuais configurações do terceiro setor. Essa proposta foi fundada na continuação da

pesquisa intitulada “A Missão das ONGs em um Terceiro Setor Profissionalizado: Estudos de Caso na RMR”. Nesta última, localizamos como o atual processo de profissionalização nas ONGs interferia na elaboração e continuidade das missões destas instituições, sendo a missão de uma ONG um complexo ético e de valores que as instituições carregam, um elenco de normas e objetivos que cada organização deve obedecer, localizada em um espaço ético e de possibilidades concretas que viabilizam os objetivos da entidade.

Com o correr de tal investigação, deparamos-nos com a complexidade maior da profissionalização nas ONGs. A profissionalização é um fenômeno amplo que deve ser investigado em seus eixos analíticos centrais quando desejamos entender, especificamente, a lógica de funcionamento do terceiro setor. Logo, a problemática deste trabalho nos incitou a apreender como se dá a profissionalização e como esta é percebida dentro das organizações, a ver como a profissionalização pode ser, ou não, um problema para as instituições.

A investigação buscou contribuir para um debate mais geral sobre profissionalização de entidades do terceiro setor ao focalizar como tem ocorrido o processo de profissionalização nas ONGs. Apesar de vários trabalhos terem mencionado a profissionalização no terceiro setor como um fenômeno contemporâneo em atenção (LANDIM, 1993; CARVALHO, 1999; HADDAD, 2002; LIMA, 2004; COSTA, 2004), observamos que seu aspecto nessas instituições, quando considerado junto à cultura organizacional das entidades e como estas lidam com as transformações – não apenas no universo do terceiro setor, mas também do mundo do trabalho visto sob uma óptica panorâmica –, ainda não tem sido explorado de modo mais específico pela literatura sociológica sobre ONGs, embora alguns autores apontem para a importância da temática e forneçam subsídios para esse tipo de estudo. Nesse sentido, nossa contribuição maior foi a de fomentar tal dimensão, estabelecendo novas relações que pudessem enriquecer, problematizar, relativizar ou confirmar trabalhos anteriores.

As principais dimensões analíticas consideradas neste trabalho para caracterizarmos a profissionalização institucional das ONGs foram: percurso escolar e grau de escolaridade dos agentes que na organização trabalham; nível de especialização nas atividades desenvolvidas; forma como ocorre a divisão de tarefas administrativas; interação entre as relações primárias e secundárias de sociabilidade no trabalho; capacidade de articulação das entidades em redes de cooperação; estratégias e planejamento institucionais e dinâmica de avaliação do trabalho interno. Estas dimensões não são excludentes, tampouco exaustivas.

A fim de respondermos à pergunta de partida sobre as consequências do atual fluxo de profissionalização institucional, trabalhamos com os seguintes objetivos específicos daí derivados: 1. Examinar como se constroem as divisões de trabalho, a especialização e a busca por profissionalização dentro de diferentes tipos de ONGs; 1.1 Verificar por quem e como são definidas as agendas e os moldes de profissionalização das ONGs; 1.2 Examinar se diferentes tipos de ONGs tendem a compor diferentes tipos de profissionalização nas entidades; 2. Investigar as perspectivas que os agentes das ONGs e seus financiadores têm sobre o atual processo de profissionalização; 2.1. Analisar como são construídas as noções éticas sobre a captação de recursos para as ONGs entre os agentes atuantes nessas organizações e seus financiadores e como tais noções se manifestam no cotidiano das entidades; 3. Verificar quais os vínculos entre a sustentabilidade financeira e a profissionalização dessas organizações; 3.1. Investigar o tipo de relação que as ONGs mantêm com os financiadores do Estado, do Mercado e do Terceiro setor (agências internacionais etc); 3.2. Analisar se as relações com os demais setores e o modo de obter sustentabilidade financeira provocam perda de autonomia nas ONGs e o que isto significa para as instituições; o que significa, em termos práticos, uma ONG considerar-se ou ser considerada autônoma.

O estudo considerou um recorte espacial focado em dois países: Brasil e Portugal. Ao iniciarmos o trabalho, sugerimos que o mesmo problema sociológico se dava nos dois países, ainda que de maneiras e escalas distintas. Logo, o que propusemos foi um estudo conjunto, de modo complementar, a perceber os elementos de contraste entre os casos específicos das entidades analisadas nos dois países. Planejamos a partir dessa observação no Brasil e em Portugal estudar características que tendiam a se tornar ocultas quando nos centrávamos exclusivamente em realidades locais, como o caso de um recorte espacial que considerasse apenas Brasil, Recife-PE. Em suma, na investigação não houve uma comparação entre Brasil e Portugal, mas sim, um estudo com elementos comparativos entre quatro instituições que nos auxiliam na percepção de diferentes ângulos das dimensões analíticas estudadas sobre a profissionalização das ONGs. Com base no que apresentamos, focados nos objetivos dissertados, dividimos o trabalho pelas seguintes entradas:

Atual Cenário do Terceiro Setor: Neste espaço, realizamos um recorte sobre o objeto das ONGs a partir das discussões sobre a sociedade civil. Seguimos com a apresentação do cenário das ONGs no Brasil e em Portugal, a situar o contexto em que o tema da profissionalização aparece nos dois países, a tecer um estado de arte de cada local a partir de um retrato dos movimentos e perspectivas significados no campo das ONGs. Este espaço, de caracterização da problemática mais ampla do terceiro setor, argumentou os aspectos da sustentabilidade das ONGs como ponto imprescindível no entendimento da busca pela profissionalização. O tema da sustentabilidade com suas contradições encaixa-se como uma ponte para percebermos as motivações que ligam dimensões instrumentais e substantivas no cotidiano das organizações.

As Relações Institucionais: Objetivamos aqui entender as lógicas presentes nas relações das ONGs com os demais setores, a saber, o Estado, o Mercado e com o próprio terceiro setor, nomeadamente as agências de cooperação internacionais. Tratamos de pontos imprescindíveis que sustentaram a pesquisa porque não haveria uma tensão pela profissionalização

institucional se as ONGs não tivessem de propô-la como instrumento de barganha e legitimação das tarefas a que se nomeiam aos demais setores que são, em verdade, os financiadores destas organizações. Ao tecermos o argumento sobre as relações entre os três setores, tratamos a dimensão analítica da autonomia como elemento de ligação e possibilidade nas relações mencionadas entre os setores. Noções gerais sobre autonomia foram ampliadas a partir das particularidades de nosso objeto de pesquisa na medida em que buscamos compreender até que ponto as ONGs tinham “flexibilidade” de autonomia, margem de manobra, estando ligadas aos Primeiro, Segundo e Terceiro setores da sociedade no que concerne à captação de recursos necessária para o funcionamento dessas organizações.

Profissionalização das ONGs - Contextos, Práticas e Atores: este é, digamos, o núcleo duro do trabalho. Começamos por tratar especificamente das dimensões analíticas que diziam respeito à profissionalização, a justificá-las diante dos objetivos de trabalho apresentados, conceituando a profissionalização organizacional. Tal profissionalização foi sequencialmente tratada sob o aparato teórico fundamental ao trabalho: a sociologia das organizações.

Optamos por utilizar como base teórica principal para a problematização exposta a sociologia das organizações e seus contributos numa abordagem centrada no fenômeno organizacional e na divisão do trabalho nas ONGs. Tal perspectiva analisa como as instituições se dispõem diante de um contexto globalizado que tem sistemas de gerência contrastantes e que acarretam, por sua vez, em diferentes formas de planejar e executar tarefas. As diferentes culturas organizacionais – entendidas como a maneira pela qual as ONGs estruturam suas formas de atuação, de organização e como esboçam os meios de executar os trabalhos – passam por deficiências nos planos administrativos, principalmente quando não estão inseridas numa lógica de profissionalização que viabilize a execução dos projetos da instituição. Esses princípios, como tecem Hill e Egan (1967), dependem da série de dimensões

analíticas que nos ajudam a perceber a profissionalização de uma entidade. Entrementes, essas dimensões são reelaboradas em diferentes sistemas de gestão e contextos. Como versam os autores: "Essas decisões dependem em grande medida da ampla diversidade das variáveis de trabalho, bem como dos objetivos que estruturam a organização. Assim, as proposições administrativas podem ser expressas apenas em termos de uma situação particular." (HILL e EGAN, 1967, p. 332). Logo, as motivações individuais podem até interferir no funcionamento e na gestão de uma entidade, todavia, a rigidez do modelo organizacional proposto pelos agentes envolvidos nas ONGs é fator determinante para a condução dessas influências. Corroboramos com Lakatos (1987) que uma organização, também, diz respeito a condutas humanas que se relacionam socialmente e é alicerçada por regularidades (LAKATOS, 1987, p. 228). Philip Selznick reforça que considerar a simples criação de uma estrutura formal como uma organização não sustenta esta organização enquanto tal, pois, é preciso que ela seja criada a partir de necessidades coletivas, uma vez que é mais do que um agrupamento de pessoas (Ibid, p. 229). Uma organização tem identidade própria e pode ser considerada como uma unidade social intencionalmente elaborada. Logo, não poderíamos dizer que uma organização é simplesmente o prédio onde está localizada, mesmo porque muitas nem possuem tal formato físico/estrutural. Igualmente, não poderíamos também dizer que o que define se uma ONG é mais ou menos profissionalizada é o tamanho de suas instalações, pois algumas ONGs podem ser virtuais, o que gera, por sua vez, um debate paralelo e relevante sobre as redes sociais no terceiro setor. Diante do exposto, utilizamos a sociologia das organizações a partir do contexto mais específico das organizações de terceiro setor atualmente.

Ainda neste núcleo de discussões, tratamos das racionalidades instrumental e substantiva presentes na lógica de funcionamento das ONGs a partir de Habermas. Por tal cenário, chegamos à necessidade de problematizarmos a questão da agência diante de um estudo mais concentrado

na estrutura. Explicamos: se a sociologia das organizações funcionou como guia principal na condução da investigação, por outro lado, não pudemos desconsiderar que embora o foco da proposta de nosso trabalho tenha sido o estudo da profissionalização das ONGs, estas últimas são formadas por agentes que as fazem funcionar e, tais agentes e a forma como lidam com as organizações e com seus trabalhos passaram a ser parte de uma dimensão analítica da investigação. Em outras palavras, seria inviável tentarmos entender como funcionam as organizações sem considerar seus agentes. Por isso, utilizamos também, como auxiliar teórico, a sociologia das profissões. Apesar de a sociologia das profissões ter sido um guia para nossa análise, não a utilizamos como uma teoria fechada em si capaz de dar conta da realidade de nosso objeto de estudo. Nosso esforço se empreendeu na percepção dessa construção elaborada juntamente ao estudo de como se dão os desenhos organizacionais nas instituições, isto é, como se formatam as profissões e suas funções dentro de uma lógica maior de gerenciamento das entidades. Tratamos, ainda, do voluntariado como chave-analítica no entendimento das condições em que se estabelecem as questões tratadas da estrutura das organizações frente às interações de uma agência representativa de diversos papéis sociais de trabalho.

Métodos e Técnicas de Pesquisa em um Estudo Sobre a Profissionalização de ONGs: Neste espaço expomos nosso recorte espacial na cidade do Recife, Brasil, e em Braga, Portugal, bem como apresentamos os instrumentos de recolha e tratamento de informações. A partir do direcionamento que nos oferecem as dimensões analíticas da profissionalização, optamos por caminhos metodológicos amparados na perspectiva qualitativa de análise. Realizamos estudos de caso com uma seleção de corpus composta por quatro instituições, duas em cada país, em que foram realizadas observações diretas, observações participantes, análise documental e entrevistas semi-estruturadas. Em seguida, procedemos à análise

dos dados a partir da análise de conteúdo, categorizando as informações a partir dos objetivos específicos da investigação aqui já mencionados.

Apresentação das Organizações Não-Governamentais

O presente trabalho contou com uma pesquisa empírica realizada no Brasil, na Região Metropolitana do Recife, e em Portugal, na Região do Minho, norte do País. Realizamos estudo de caso em quatro organizações que trabalham com vulnerabilidade social de jovens a perceber como os agentes enxergavam e articulavam-se nas relações entre Estado, Mercado e Terceiro Setor. A escolha do corpus de pesquisa se deu a partir da inquietação mais ampla sobre a profissionalização destas organizações. Optamos, então, por trabalhar duas organizações em cada um dos recortes espaciais em que tratamos (Brasil e Portugal), a investigar uma organização de grande porte e outra de pequeno em cada um dos países. Grosso modo, tivemos um recorte da seguinte maneira: ONG 01: Brasil, pequeno porte e com baixa complexidade de profissionalização institucional; ONG 02: Brasil, grande porte e com alta complexidade de profissionalização; ONG 03: Portugal, pequeno porte e de complexidade de profissionalização institucional substancial e; ONG 04, Portugal, grande porte e altamente profissionalizada.

A partir do direcionamento que nos oferecem as dimensões analíticas da profissionalização de ONGs, optamos por caminhos metodológicos amparados na perspectiva qualitativa de análise. Realizamos estudos de caso com uma seleção de corpus composta pelas quatro instituições mencionadas, em que foram realizadas observações diretas, observações participantes, análise documental e 37 entrevistas semi-estruturadas. Em seguida, procedemos à análise dos dados a partir da análise de conteúdo, categorizando as informações a partir dos objetivos de investigação sobre as relações entre os três setores aqui mencionados.

Apresentamos as quatro instituições no que diz respeito exclusivamente a estas relações entre Estado, Mercado e ONGs e, em seguida, analisamos estes achados de campo face demais dimensões analíticas consideradas neste problema de pesquisa.

Organização Não-Governamental 01& 02 / Brasil:

A ONG 01 possui graves problemas de sustentabilidade financeira. Quando citam ou perspectivam alguma maneira de captação de recursos, responsabilizam o Estado como a instância que deveria cumprir-lhes amparo. Essa visão recorre um campo tenso na medida em que os agentes entendem que o Estado não está a prover as ONGs como deveria, ficando em dívida, especialmente, com a ONG. A captação de recursos dessa instituição tem um processo deficitário face outras organizações consoante à “corrida por recursos”. Os órgãos estatais com que já fecharam projetos ficam limitados a uma continuação que, quando quebrada, não desenvolve-se em alternativas. Neste quadro, vejamos como constroem os agentes esta relação ONG-Estado:

Em unanimidade nas entrevistas desta organização, tanto em 2008 quanto em 2012, bem como aferido ao longo do processo de pesquisa, os agentes percebem uma má relação do Estado com a entidade. Isto parece exclusivo ao caso da instituição a que se dedicam, ou seja, enxergam a relação do Estado como cordial a demais organizações, nomeadamente as grandes ONGs, justamente àquelas que acreditam não precisar de tantos apoios como a ONG 01, certa vez que já são grandes e aparentemente estruturadas. Disto, surge um “rancor” por parte dos agentes na relação e a sensação de estratificação dentro do terceiro setor numa posição em que seria a ONG 01 prejudicada em detrimento de outras. Esta situação, ainda que propusesse uma exacerbação na competitividade da entidade com as demais, não se desenrola nesse sentido sobretudo porque a instituição não tem grande acesso às demais na medida em que não articula-se substancialmente em rede. Gera-se uma inconformidade com o Estado que, como tal, figura-se numa abstração como

um senhor de salvação que não se vê o rosto e para quem não se pode estender a mão com rigidez e segurança porque não se sabe onde está, nem como está.

(...) a gente fica meio que com uma interrogação porque são projetos de valores pequenininhos se comparados a outros da Petrobras, riquíssimas, e a gente fica meio que desestimulado, meio triste porque a gente sai daqui todos os dias, vai no Estado, falta documento, a gente se desdobra. (Marília, 2012).

Se o governo quiser que ela cresça, a partir do momento que ele quiser, ela vai ser a maior creche ou ONG do Estado de Pernambuco. E se o governo continuar fazendo como tá fazendo, abrindo outras creches com a prestação de serviço e prestação bem melhor (...) acho que a ONG 01 vai regredir. A menos que ele diga que vai dar expectativa pra essas que ele não dá manutenção, começar a dar agora, aí ela poderá ser enorme. (...) Eu sou uma pessoa decepcionada com os discursos do Governo. (...) Que os nossos dirigentes, governadores, abrissem mais a cabeça e fizessem um trabalho mais... pra que essas pequenas iniciativas tivessem maiores condições de ter aqui uma professora fixa, uma psicóloga... Ter um retorno pra sobreviver. Como é que eu vou comer?

Falta o interesse público se interessar pela realidade do nosso país. A nossa realidade não é Suape. Não é tirar o imposto do carro e não tirar do feijão. Foram os economistas que fizeram isso. (Sr. Antônio, 2012).

Será que ninguém pensa como a gente? De deixar de mandar uma verba pra um setor esportivo profissional, vamos dizer assim, pra mandar pra construir uma cisterna no interior de Pernambuco? Será que ninguém pensa como a gente? Então, quem sou eu? Quem tem que pensar são os caras lá dentro. Eu fico meio que indignada. Minha relação com o governo é de tristeza e de mãos atadas. (Marília, 2012).

Como demonstrado acima, nota-se que as relações de poder perante o Estado são fortemente assimétricas, o que gera apatia e descrédito. Já em relação ao Mercado, embora não financiados de fato por esta instância e terem tido pouca ou quase nenhuma experiência com o Setor, enxergam a possibilidade de relação de forma mais atenuada. Ao questionarmos a presidentada ONG sobre o possível recebimento de recursos de empresas, ela responde: “Não, nada particular, ninguém dá doação. As doações da época da Irmã ninguém dá mais. Que a Irmã Fatinha ficava ligando, pedindo... aí o pessoal ainda contribuía, depois...”. (Dona Lourdes, 2008). As falas dos

agentes sobre captação de recursos estão impregnadas de termos como “doações”, “dar”, “receber”, “alguém ajudou”, “alguém doou”, todavia, a partir de uma perspectiva de doação para o “bem”, pautada em uma perene religiosidade que mesmo diante da ideia geral que move a ONG é regida por relações assistencialistas. Também no Mercado nota-se descrédito, como um Setor que teria condições de subsidiar a organização mas que não o faz por motivos não transparentes, ao mesmo tempo em que, contraditoriamente, argumentam não conhecerem o segundo setor como possibilidade real de participação de custos:

Rita: As empresas têm o slogan da responsabilidade social (...) vieram aqui pra conhecer uma vez, pra ver se era verdade que isso aqui existia etc e no final disseram que tavam dando atenção às crianças com aids, de origem dos quilombos... pelo amor de Deus! (...)

Marina: Vocês não acreditaram na resposta deles [empresa privada], é isso?

Rita: Não, eu não acredito não. (Rita, 2012)

Marina: Como o sr. vê a relação das ONGs e da ONG 01 com o Mercado? As empresas privadas?

Sr. Antônio: Veja bem, é outra coisa que eu posso dizer que não tenho conhecimento... Esse relacionamento é uma coisa que elas fazem e dividem as verbas. Eu não sei qual é a mecânica... a nossa mecânica eu sei. (Sr. Antônio, 2012).

Na tentativa de visualizarmos uma ponte entre as relações da ONG com outras instituições para além do Mercado e do Estado, buscamos perceber como ocorria a articulação em rede na ONG 01. Os parceiros da organização são outras escolas e lares do bairro. Não há uma burocratização destas parcerias, no que são realizadas pela lógica de laços primários. Estas relações são esporádicas e não dizem respeito à sustentabilidade financeira diretamente. Pautam-se por trocas como levar as crianças de uma instituição a outra para cantar, apresentar trabalhos etc (o que diz respeito à sustentabilidade mais geral). Apesar de a articulação com demais organizações não solidificar-se em medidas estratégicas mais pontuais, é ela uma mais-valia na fortificação de laços em volta à realidade que cerca a ONG, todavia, não suficiente para integrar a entidade numa rede de informações do terceiro setor mais precisa no

tocante às possibilidades de articulação em prol das causas almeçadas. Vejamos agora o caso específico da ONG 02 de nosso estudo no Brasil.

A ONG 02 tem relações “cordiais” com o Estado. “O próprio secretário de Direitos Humanos do Governo nos citou recentemente” (Reginaldo, 2012). “A ONG 02 é uma referência para o Estado” (Vinícius, 2012). “A Relação em nível de cordialidade é muito boa” (Paula, 2012). A instituição estabelece parcerias com o Estado que subsidia eventuais projetos. Mesmo sendo a grande parte da sustentabilidade financeira da organização vinda do exterior, ter as marcas de parceria com Prefeitura, Governo do Estado e Governo Federal parece ser uma porta aberta que confere à instituição boa imagem, credibilidade, bem como abre uma rede de diálogos e trocas com demais organizações também a estes órgãos estatais relacionados. Em suma, a presença do Estado existe na organização, mas não é em torno dele que giram as possibilidades de manobra da ONG 02 diretamente relacionadas ao financiamento.

Este quadro dá-se, de acordo com os agentes entrevistados, por situações pontuais como que o Estado não consegue prover as necessidades das ONGs como um todo, tampouco da ONG 02. Denotam que, embora entusiastas do Governo Lula, aquele governo não estreitou o suficiente a relação ONGs-Estado, havendo uma diminuição de recursos a algumas entidades, sobretudo pela criação de projetos sociais estatais como o “Fome Zero”. A esse exemplo de projeto do Governo Federal, criticam a não continuidade de problematizações que poderiam ser feitas pelas organizações. Um dos agentes comenta-nos que o cartão do “bolsa família” pode ser negociado em drogas e que estas brechas da política social deveriam ser contornadas por organizações que trabalham em âmbito local, focalizadas a ver o indivíduo de forma integral.

A relação da ONG 02 com o Estado, embora hoje cordial, já foi mais tensa porque a missão inicial da entidade era a de tirar meninas da rua em situação de vulnerabilidade social e às quais o Estado pregava-lhes punições

penitenciárias pouco eficazes a uma visão de reabilitação destas jovens. Essa cordialidade estratégica mais recente pode ser notada na seguinte intervenção:

Durante muito tempo, quando a ONG 02 surgiu em 89, existia de fato uma grande omissão. Existia um trabalho de punição de jovens infratores, mas não existia um trabalho de recuperação desse jovem em situação de rua. Então, a ONG 02 surgiu muito nessa proposta, de oferecer atendimento pras meninas que estavam em situação de abandono nas ruas, que muitas vezes iam pra Febem, que hoje em dia é a Funasa, que não existia recuperação pra esse público. A ONG 02 surgiu diante da ausência desse governo. Eu acredito que ao longo dos anos o governo passou a ter essa coisa mais social, a ter essa visão neoliberal e passou a ter essa questão do welfarestate, atender à sociedade e a gente observa que existe sim um maior investimento do setor, sobretudo facilitado pelo Governo Lula. Acho que ele teve essa visão mais voltada mesmo pro social, mas talvez não fez assim de uma maneira tão produtiva porque estava focado em oferecer recurso à família, bolsa escola e se tornou uma coisa muito assistencialista enquanto a gente, na verdade, sempre lutou pra oferecer autonomia pro público, que é aquela coisa de se ensinar à pessoa a pescar e não tá cedendo o peixe. Hoje, na Prefeitura já houve muita crítica com relação a isso porque o Condica, que é o conselho municipal, foi muito deixado de lado, tanto é que as instituições se uniram pra falar dessa ausência mas eu acredito que da parte do governo federal houve melhorias... talvez essa ausência passou a ser mais suprida mas a gente sabe que falta muito, que os programas tenham um impacto maior nessa, seja por exemplo transformação social pois os programas ainda estão muito atrelados a uma bolsa (...) se o governo se baseia só nos números, nas metas, que tem que atingir, ele se esquece da qualidade a ser dada ao jovem. (Reginaldo, 2012).

Em uma adiantada comparação com a ONG 01, notamos que na fala de Reginaldo há uma localização mais pontual dos problemas que competem ao Estado, a exemplo de distinguir as ausências do Condica, gerado pela Prefeitura do Recife. Esse mesmo órgão é o que por vezes subsidia projetos na ONG 01 e, naquela, pouco notamos nas falas uma localização da ausência deste setor do governo municipal, mas sim, a insatisfação com o Estado de maneira abstrata, que não se sabe bem que “rosto” tem, quem representa-o de fato.

Os agentes da ONG 02 articulam uma retórica inversa à perspectiva da dependência, no que podem até depender do Estado em alguma esfera particular, mas soam às falas certa estratégia articulada ao fato de terem uma

boa imagem a negociar com os governos, que politicamente necessitam da referência da instituição. O acesso que os agentes têm aos representantes estatais é notadamente diferente da ONG 01, que tampouco pode ter acesso direto aos órgãos competentes, a exemplo de que ainda pagam impostos municipais por não terem conseguido o mínimo diálogo na Prefeitura a assegurar seus direitos.

Ao que se refere à relação da ONG 02 com o Mercado, essa parece pouco problematizada na organização, embora recebam recursos de empresas privadas, especialmente do exterior, mas que não desenham o arquétipo de financiamento mestre da organização. O que é passível de parceria, é aproveitado. O que não, pouco se questiona a partir do ponto “oculto” de que não é função do segundo setor manter as ONGs, no que introjeta-se uma lógica de capital na entidade a ser materializada, depois, na crítica ao Estado. Todavia, há uma forte influenciado sentido mercadológico na instituição, sobretudo, a partir de falas que enxergam no modelo gestor de mercado a saída para melhoria das formas de trabalho do terceiro setor, ainda que considerando as peculiaridades do Setor, as mesmas apontadas ao longo dos capítulos anteriores. Como versa um dos agentes: “Não é uma relação ainda construída, totalmente formada... é que tá em formação, engatinhando, talvez, pra se ter uma relação mais construtiva” (Deyvison, 2012).

Já no que se refere às redes com demais ONGs e que propiciam o trabalho a partir de agências de cooperação internacionais, também de terceiro setor, a ONG 02 tem uma estrutura relativamente interessante que sustenta o diálogo entre os três setores na manutenção de sua sustentabilidade. As relações que estabelece são o fio condutor estratégico para sequência das atividades. Trabalha no diálogo com demais organizações que se dedicam aos mesmos interesses sociais, direta ou indiretamente, como as redes ARCA; Rede Tecendo Parcerias; Ação em Rede pela Criança e Adolescente (ARCA–Intermon/Oxfam); Rede do Mercado Solidário e Rede articulação AIDS em Pernambuco. Esta última rede interconecta 34 instituições e conduz a entidade

a esferas de atuação como o Movimento de Aids em Pernambuco. Participa também de redes internacionais, a exemplo da End Child Prostitution, Child Pornography and Trafficking of Children for Sexual Purposes, rede consultiva no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas.

A articulação em rede é entendida na instituição como uma maneira de ganhar força política, no que desenvolvem passeatas junto a outras organizações e pressionam órgãos públicos. As redes são importantes na organização para a construção de um material de marketing, por exemplo, mas vão além: “Você trabalhando em rede vai buscar as minorias ativas e consegue que aconteça de uma forma mais concreta e mais consciente de desenvolvimento e transformação das pessoas. (Paula, 2012). “Não funciona nada sem a parceria, sem a troca de experiências (Deyvison, 2012). Entretanto, salientam que, na corrida pelo financiamento, há também um campo de disputa entre as instituições, o que contradiz ao mesmo tempo em que complementa a lógica da troca de informações para o avanço de passos de percursos semelhantes de muitas organizações que precisam de financiamentos para sobreviver e, em muitas ocasiões, precisam compartilhar imagens ou mesmo posições na corrida por editais. Mais uma vez, a noção de rede enlaça aspectos presentes na relação da ONG com o Estado e com o Mercado, sobretudo porque nessas redes encontram-se os principais financiadores: a cooperação internacional, para quem é salutar a comunicação e a articulação de uma boa imagem.

Organização Não-Governamental 03 & 04 / Portugal:

Para entendermos a relação das ONGs portuguesas de nosso estudo de caso com o Estado, é preciso, antes, ter claro o contexto em que falamos. Atualmente, devido à midiaticização sobre a crise financeira europeia, muito se tem discutido dentro das ONGs sobre o papel do Estado face ao protagonismo de países como a Alemanha, ou do que passa à Romênia ou à Grécia. Elementos tais, unem-se ao que percebem como Estado e, essencialmente,

sobre as funções que pretendem encontrar neste. Recorrentemente presenciamos cenas que fundem a perspectiva de força que o Estado deveria ter perante as urgências com um imaginário inclinadamente assistencialista, das associações distribuírem a sopa a fazerem o ´bem`. Ao mesmo tempo, nota-se grande parte da atuação das organizações europeias voltada ao exterior, o que passa a ser revisto diante de momentos de crise, mas que explicam-se, sobretudo, pela imagem de sustento do terceiro setor, de ajudar os indivíduos em situação de miserabilidade que façam sentido à continuação da ação. Como tivemos ocasião de presenciar em eventos informais em que as discussões giravam em torno da atuação das ONGs: “ajudar um miserável em África mais vale que um pobre em Portugal” (Estudante de sociologia – Universidade do Minho).

Na ONG 03 em Portugal, organização de pequeno porte e de complexidade de profissionalização institucional substancial, uma das agentes comenta-nos que o título de IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social) que o Estado confere a algumas entidades é justamente para “o Estado dar já que ele não cumpre o seu dever” (Isabel, 2012). Admitem as agentes que a organização é completamente dependente do Estado:

Marina: Como vêes a relação das ONGs com o Estado?

Helena: No caso português... uma relação completamente dependente. No fundo as ONGs acabam por ser um braço do Estado para executarem um conjunto de funções. Percebeu-se que era mais barato fazer assim... porque no fundo, nas ONGs, como os técnicos não têm uma carreira como a dos funcionários públicos... são coisas muito adversas, Marina. São baixos! São diferentes de instituição pra instituição, são precários... o que agora está a ser extensível também ao setor público. Mas a ideia que eu tenho é que as ONGs em Portugal têm uma relação de profunda dependência com o Estado porque no fundo é dali que vem a principal fatia de financiamento e, depois, tens muitas críticas a apontar, mas não vais morder a mão que te alimenta, né? Há um conjunto de interesses que deixa tudo imobilizado (...) (Helena, 2012).

A citação acima sintetiza o campo de interesses de ambas as partes, Estado e ONGs, ao mesmo tempo em que adianta as fragilidades do sistema,

no que a suposta falta de financiamento é apenas um dos problemas às ONGs, seguidos de uma dependência maior a que são submetidas ao prestarem um trabalho barato ao Estado.

Já na ONG 04, de grande porte e altamente profissionalizada, a relação parece ser ainda mais umbilical. A entidade é tutelada pelo Ministério da Defesa e por mais cordial que seja sua relação com o Estado, ele tem interferência direta nesta, especialmente na nomeação do presidente nacional e dos órgãos executivos. Ainda que a instituição receba financiamento de toda forma de captação como vimos no tópico anterior, quem a sustenta e a regula até certo ponto são as fontes estatais, direta ou indiretamente. Seus agentes se veem como prestadores de serviços do Estado, o que tampouco parece ser uma problemática discutida na organização, não aparecendo ao longo da observação direta, participante ou pelas entrevistas como uma questão ideológica relevante. As expressões de que fazem uso quando tratam de perceber a relação do Estado com a ONG são de um jargão eminentemente mercadológico. Entendemos, inclusive, que o enfoque mercadológico do discurso é mais impactante às intervenções do que o visto nas duas entidades brasileiras. Logo, temos aqui um aspecto marcante na medida em que não há praticamente um “filtro”, um “recuo” de manutenção de um linguajar característico ao terceiro setor, no que o tomam do segundo ao passo que se entendem a prestar serviços ao primeiro. Exemplo desta percepção pode ser conferido quando as demais delegações do Movimento no País dedicam-se, em grande parte, ao atendimento de socorro-saúde. “(...) a nível nacional, das 170 delegações, 130 têm emergência, têm ambulância (...) é um serviço que nós prestamos para o Estado. Os bombeiros... são pagos pelo Estado.” (Pedro, 2012).

Ao denotarem que cumprem um papel social do qual o Estado ausencia-se, alegam que o Estado não tem nenhuma instituição própria, um departamento português, que faça o acolhimento social tal e qual as ONGs. “Precisam de pessoas para trabalhar, quem é que faz isso? Isso é rede social (...) essa instituição vai contratar pessoas, gerir recursos humanos, e a verba:

vem direto da segurança social. Portanto, é uma prestação de serviços pro Estado? É. Totalmente.” (Gabriela, 2012).

A dependência, nem por isso, deixa de ser uma ferramenta de subsistência. Como versou Helena, da ONG 03, “não vais morder a mão que te alimenta”, e essa noção se introjeta de maneira tal ao campo de possibilidades que a margem de manobra a pensar em saídas aos problemas que surgem à ONG precisa ser considerada a partir da fronteira que tem a instituição com este Estado que por ora faz-se repressor (a repressão silenciosa da ausência), ou provedor (ao subsidiar e permitir a manutenção da entidade). Ainda que percebam a lógica das trocas em que se inserem, desabafam que “o Estado poderia investir um bocadinho mais” (Mônica, coord./técnica, 2012). Ou como ratifica Jorge: “O financiamento é público. Só conseguimos dar essa resposta sendo financiados pelo poder público. Esta é a uma das razões de ser da ONG 04. Auxiliar os poderes públicos... faz sentido nós articularmos com o Estado!” (2012). Mas completa, a corroborar com a fala de Mônica: “Embora seja um bocado crítico porque nos vejo tornar demasiado dependentes do Estado e desses financiamentos.” (Ibid, 2012).

Jorge esboça maneiras criativas de como sair desse dilema da dependência estatal, a esboçar como seria interessante a criação de um departamento de marketing específico para a “venda” do trabalho que realizam. Embora entenda que a palavra “marketing” ou “venda” tivessem de ser substituídas pela criação de homônimos a um jargão de terceiro setor, afastando-se do segundo, vê neste último, na sua lógica de gestão, a maneira de escape aos limites impostos na dependência implícita à relação com o Estado.

Sobre a articulação das ONGs 03 e 04 em redes, observamos que ambas estão muito bem alocadas em Plataformas de ONGD no País, o que significa que têm assim um contato próximo com muitas organizações congêneres portuguesas, acessadas de acordo com os contextos dos projetos que desenvolvem. Ao ligarmos a articulação em rede aos interesses de

sustentabilidade temos que, ambas, anunciam a necessidade de apresentarem-se em parcerias para alguns tipos de financiamento, com trabalhos em rede, o que confere-lhes maior força e pressão na corrida por financiamento. Por exemplo, em um projeto que a ONG 03 possa desenvolver sobre educação para cidadania global para candidaturas europeias, significa que pode ela entrar com os pedidos de subsídios com parceiros em Itália, Romênia etc. Estas maneiras de articulação, tampouco, isolam a concorrência entre as organizações. Contudo, essa concorrência apresenta-se como uma dimensão plástica aos interesses no que, quando interessante aliar-se, criam-se parcerias, e quando não, concorrem com o uso das demais ferramentas apresentadas.

Relações entre ONGs, Estado e Mercado como Dimensão Empírica de Análise.

Posta a estrutura de relações das duas ONGs brasileiras (ONGs 01 e 02) com os domínios dos demais setores, recorremos a Ruth Cardoso (1996) ou a Coelho (2001) que versam sobre a quebra de paradigmas que afasta o Estado das organizações, a salientarem que esta é uma herança histórica não mais procedente. Nas duas organizações analisadas não encontramos recusa do elemento Estado mas, pelo contrário, a chamada deste para protagonizar seu papel de provedor social. Também, retomamos uma questão levantada por Teixeira (2003) sobre até que ponto estas organizações participam da definição e elaboração de políticas públicas. Grosso modo, essas políticas são verticalizadas ao modelo de instituição como a ONG 01 e, ainda assim, ao da ONG 02. Embora o espectro participativo, em rede, numa posição de “interdependência” de imagens da ONG 02 com o Estado, que a utiliza como modelo de ação e ela, por sua vez, beneficia-se de selos de credibilidade do trabalho que faz, a margem de manobra da entidade, ou das entidades, é pequena diante de planos mais concretos de políticas públicas. As movimentações em redes, as parcerias, solidificam tal poder político, porém, em plano micro é demasiada tímida face aos limitadores práticos que se colocam às ONGs, notadamente aos problemas de financiamento. A

complementar as inquietações levantadas por Teixeira, agora sobre a burocracia estatal sentida pelas organizações, ratificamos que modelos organizacionais como o da ONG 01 são notadamente mais vulneráveis aos processos anômicos de tal burocracia, enquanto a ONG 02, por exemplo, mostra-se mais inteirada das dificuldades estatais, bem como das possibilidades de manobra diante dos problemas daí advindos, sobretudo porque possui profissionais especializados, como advogados, para tais tarefas.

Consoante ao Mercado, as duas ONGs brasileiras analisadas parecem não problematizar a localização do Mercado na sociedade e diante de suas atividades. É ele uma espécie de “coringa” que pode ou não proporcionar algum auxílio. Embora sejam as duas entidades originadas no início da década de 1980, discursos politizados no sentido de caracterização antiestatal da imagem não procedem e, pelo contrário, é o segundo setor uma aparência de modelos de gestão interessantes ao terceiro, como dissertamos acima, a contrariar parte da literatura (IBGE et.al), no entanto, sem reduzir o universo das ONGs brasileiras aos nossos estudos de caso.

Ao que liga todas essas relações, agora numa perspectiva macro, corroboramos com Paula e Rohden (1998) que a linha que distingue empresas e sociedade/comunidade torna-se cada vez menos natural e visível. A racionalização instrumental faz-se fortemente presente ao modelo da ONG 02 sem que seja dela necessária a mercantilização da organização e considerando capital social como aquilo criado quando as relações entre os indivíduos muda de maneira a facilitar a ação (FONTES, 2002). Por essas razões, percebemos que o estoque de capital social, seja ele estruturado em um ou outro tipo de sociabilidade, é o estruturador da sustentabilidade de que tanto versamos. Nosso campo brasileiro veio a corroborar com o esquema que supomos, teoricamente, de que o campo de intercessões múltiplas entre Estado, Mercado e ONGs é cada vez maior e com fronteiras porosas, isto é, os setores se relacionam, tencionam papéis, mas agem cada vez menos em setores isolados e, quando a isso chegam, as consequências de sustentabilidade logo pedem

novas intercessões com os demais setores, o que complexifica as relações entre os três atores.

Já no que se refere ao cenário das duas ONGs portuguesas analisadas, verificamos representações que dizem respeito à busca de manutenção de atividades via profissionalização institucional. Na ONG 03, a imagem criada pelas agentes sobre a profissionalização e a consequente relação “harmônica” entre os três setores não se dissocia da figura que criam sobre o terceiro setor como um todo. “Acho que as organizações nascem e crescem, mas chegam um momento em que têm de morrer.” (Helena, 2012). A relação entre os setores é altamente associada à noção de profissionalização institucional, entretanto, e diferentemente dos casos brasileiros, profissionalização é um aspecto altamente imbricado ao trabalho e à profissionalização dos agentes que às organizações se dedicam. Estas associações tornam-se ainda mais coesas nas falas quando considerado o aspecto da escolaridade: alta escolaridade que traria alta profissionalização e que culminaria em modelos de gestão mais audaciosos, pretendidos e interessantes para o diálogo das ONGs com os demais setores.

A profissionalização institucional do terceiro setor na ONG 03 é entendida pela responsabilidade de manutenção das atividades propostas até o momento em que sejam justificáveis por dada metodologia. É, então, a maneira pela qual se pode gerir uma ONG de forma não amadora.

Entendem as agentes que a instituição pode ser considerada como profissionalizada porque percebem um fio condutor articulado ao sentido das ações. Já na ONG 04, estas visões foram mais contraditórias entre as falas, a exemplo de agentes que consideram a organização como profissionalizada e outros não. Todavia, essas contradições não se perdem na justificativa e análise das respostas porque guiam um retrato relativamente comum que fazem os agentes da organização certa vez que tais indivíduos têm canais de comunicação interessantes no cotidiano de trabalho a compartilhar cosmovisões.

Por outro lado, os agentes das organizações investigadas em Portugal observam a manutenção de padrões assistencialistas nas organizações ao mesmo tempo em que, e por tais razões, os querem transformar em ações relacionadas ao empoderamento. Eis quando a voz do “não sejamos assistencialistas” prende-se a ações práticas do gênero.

Estas contradições foram imprescindíveis à investigação porque, em termos gerais, podemos apontar a ONG 04 como um modelo de organização portadora de uma complexa lógica de profissionalização institucional. Mas, é nela também que localizamos elementos que caracterizam seu inverso, a exemplo de que têm ações relacionadas à distribuição da sopa ao mesmo tempo que uma série de discussões sobre como empoderar e capacitar jovens via educação. Deste ponto, temos mais uma vez a complexidade da leitura das ações que justificam nossas preocupações iniciais, a exemplo do receio que têm alguns agentes de que a ONG 04 feche por falta de financiamento, quando paralelamente possuem uma estabilidade relativamente diferenciada ao cenário do terceiro setor como um todo no País.

Salientamos ainda ao palco português que estas instituições estão marcadas a um campo em que muitas criações filantrópicas estão ligadas à Igreja Católica (entidades geridas por padres ou freiras). Embora não tenhamos pesquisado estas organizações especificamente, reforçamos que a elas são “cobradas”, por parte dos agentes das ONGs 03 e 04, profissionais qualificados em áreas não restritas ao ensino religioso. Igualmente, reconhecem os agentes da ONG 04 que o contexto militarizado da organização que gestam deve ser revisto e reflexionado nas gerações mais atuais da entidade. Outros problemas, que não fizeram parte de nosso recorte específico de investigação, também são apontados, sobretudo, a corrupção em Portugal que, acreditam os agentes, é um limitador para a circulação e utilização adequada das verbas públicas às missões das ONGs e do Estado.

Aos dois casos portugueses verificados versamos que o leque de características de ambas as entidades se completam no campo em que atuam de Braga e região. Se a ONG 04, por exemplo, só consegue executar os trabalhos a partir da captação de voluntariado que nem sempre chega onde precisa a instituição, a ONG 03 tem um planejamento mais longo. A análise das ONGs 03 e 04 conseguiu perceber a existência de diferentes tipos de ONG, o que era tão patente na literatura com que tratamos ao longo do trabalho, a confirmar nossa hipótese de que seria superficial reduzirmos a realidade da profissionalização institucional do terceiro setor a padrões de alto e baixo graus de profissionalização, o que seria “engessar” padrões de gestão demasiadamente flexíveis em prática. Isso conseguimos aferir com melhor materialização de campo em Portugal, onde profissionalização é altamente relacionada às relações entre os três setores, do que no Brasil porque aqui tratamos não apenas com duas organizações complexas ao que refere-se à profissionalização, mas porque estas localizam-se em um perímetro de terceiro setor mais homogêneo. Ainda no contexto da crise financeira europeia, a visibilidade que ocorre ao Estado na região é de um Estado que começa a falhar, mas que existe como instituição de obrigações em prática e que tais obrigações solidificam-se nos financiamentos que sustentam estas duas e outras organizações locais. Acrescentamos esta tendência à “homogeneização” de aspectos à profissionalização e à relação entre os setores mostra-nos que, ao fim e ao cabo, falamos de diferentes tipos de ONGs justamente por terem profissionais com gamas semelhantes de acesso a informações, capazes de profissionalizar as instituições de que fazem parte de acordo com as conjunturas em que se localizam.

Assinalamos aos casos portugueses, em comparação às ONGs 01 e 02, que no Brasil nota-se mais viva a necessidade pela busca de profissionalização institucional, e pelo conseqüente bom relacionamento entre os setores, como única alternativa aparente de sobrevivência destas entidades, ao exemplo das dificuldades encontradas pela ONG 01. Embora não pouco importante para as

entidades lusas, no Brasil, em que a quantidade proporcional de entidades é expressivamente maior do que em Portugal, a articulação em redes passa a ser ponto de urgência aos que as portas não querem fechar em um cenário de Estado omissivo. No Brasil a desigualdade de acesso à educação é mais visível e estratificada igualmente aos ambientes de terceiro setor, no que interfere ao ponto de disparidades de expertise refletida via agentes. Essa disparidade brasileira ganha contornos pela observação das diferenças pelos casos portugueses estudados.

Por fim, fazemos apenas uma referência metodológica: embora os casos estudados sejam parte de uma realidade restrita, nela se colocam como tais por terem desta realidade consequências materiais. Igualmente, não foi este trabalho uma tentativa de comparação entre as realidades das ONGs brasileiras e portuguesas, mas sim, um estudo com elementos comparativos, posto que estes elementos nos auxiliam a verificar parte de uma realidade brasileira pelos pesquisadores locais já naturalizada. Ter encontrado diferenças de cultura institucional de terceiro setor em Portugal, nos fez corroborar alguns aspectos importantes para a compreensão de um quadro de ONGs brasileiro.

Sobre as Consequências da Profissionalização Institucional: Resultados de Investigação

A pertinência de nossa investigação a partir do objeto de estudo das ONGs recaiu sobre o fato do terceiro setor ser reconhecidamente entendido como uma realidade atual, concreta e em transformação. Voltando à questão de partida que nos levou à análise dos referidos casos, quais as consequências do atual fluxo de profissionalização institucional? As consequências são que com as atuais demandas, cada vez mais similares aos modelos de mercado, as instituições que não se adequam a um cumprimento que articule minimamente as dimensões analíticas de que tratamos ao longo desta investigação, esmaecem e/ou ficam à mercê de mecanismos paralelos. Tais mecanismos, em vez de

resolverem parte do problema social (da Missão) a que se propõem, findam por criar outros problemas igualmente sociais, aparentemente fora do terceiro setor, como a questão do emprego dos agentes que ficam instáveis mediante os problemas de financiamento. Isto que reflete, por suposto, no cumprimento da Missão ao mesmo passo em que a exigência de profissionalização do sistema cria problemas que só podem ser resolvidos com mais profissionalização e burocratização. Tal consequência, disposta a um efeito dominó, chega às pedras de que grande parte das ONGs atingida por esta lógica, em vez de dedicarem-se aos problemas originais que lhes dão sentido, findam por dedicarem-se abundantemente aos problemas de sustentabilidade financeira, a criar nos agentes uma nuvem de insegurança às perspectivas de trabalho individuais em vez de ali enxergarem um apoio institucional por um sistema que tenderia a ser racionalmente coerente com a realidade de expansão do terceiro setor. Ou seja, a profissionalização, ainda que portadora de méritos organizacionais, não consegue dar conta dos problemas que ela mesma traz face ao crescimento do número de organizações. Cria problemas que ela mesma não pode resolver no enquadramento em que se coloca.

As consequências da profissionalização também dizem respeito ao abismo de expertise e oferta de competências entre algumas entidades que estariam aparentemente ligadas à unidade comum do terceiro setor mas que, na prática, criam mundos completamente diferentes. Estas instituições, com oportunidades e margens de manobra distintas, tentam habitar problemas comuns. Também como consequência destes processos, a profissionalização, naquilo que separa as diferentes organizações, une-as nos problemas mais gerais que as identificam ao Setor, este, instável e frágil ao que compete a sua própria manutenção, sobretudo quando percebidos problemas como “voluntariado x profissionais”, tratados não como conceitos analíticos ao longo do trabalho, mas como categorias nativas, geradas em campo e só problematizadas a partir das caracterizações particulares de cada instituição analisada.

Os aspectos gerais que caracterizam a profissionalização são elementares à gestão das organizações. Entretanto – e sobretudo com o apoio dos estudos de caso no Brasil e em Portugal – vimos que os impactos destas consequências não são uma unidade engessada num grande modelo protegido. À partida, são vulneráveis aos contextos apresentados. Quando existe um Estado financeiramente presente a um conjunto de organizações, a profissionalização passa a ser um elemento coadjuvante, mas em parte. Em parte porque como lidamos com um elemento cíclico, ela é capaz de chamar ao terceiro setor essa participação estatal, quando pressiona este último, promove visibilidade e gestão dentro de estatutos burocráticos legítimos à causa perseguida. Por isso, sustentamos que ainda que reconheçamos a possibilidade de maneiras alternativas ao sistema de profissionalização institucional em voga, ela é de um todo elemento determinante para o funcionamento das ONGs e para o trabalho dos que lá estão porque, sem uma profissionalização adequada às demandas conjunturais, as organizações e os postos de ocupação dissolvem-se nestes contextos.

Concluimos paralelamente que o peso da importância da profissionalização institucional não pode ser reduzido à questão de ser “mais” ou “menos” profissionalizada a entidade, haja vista a maneira como conduzimos o objeto até o fim destas páginas. Todavia, mais do que um cuidado com o objeto que se movimenta, é prudente perceber a forma como essa profissionalização tem sido feita, ou seja, não somente a resposta sobre as consequências da profissionalização interessa, mas o andar até esta, os pressupostos que a envolvem a partir das dimensões analíticas demonstradas empiricamente para que possamos perspectivar as transformações dos processos. Por isso, refrisamos que não somente o tipo de profissionalização, mas a instância em que este ocorre, é transversal ao que refere-se ao terceiro setor. Este passo da profissionalização enverga-se a perspectivas futuras é à pré-elaboração daquilo que pode servir de contributo às ONGs em estágio ulterior, posto que, como reforça uma entrevistada de nosso estudo exploratório

(2011), as exigências de profissionalização chocar-se-ão em um “breve futuro já atual” com a mudança de perfil dos atendidos pelas ONGs. Uma ONG que hoje trabalha com prestação de serviços a idosos, daqui 20 anos, terá um perfil de idosos completamente diferente e essa preparação a mudanças pode ser apoiada naquilo que a profissionalização institucional tenta responder pela promoção de competências.

Ao pé de uma complexidade de contextos, a profissionalização não impede as crises das entidades. Com o exemplo do protótipo de uma organização como a ONG 02, ainda que fechasse as portas, permaneceria na roupagem complexa de profissionalização institucional. A profissionalização é um caminho lógico de sobrevivência, mas suas contradições não isolam as possibilidades de falha de perspectivas. De forma contrária, uma entidade como a ONG 01, por exemplo, se ganhasse na loteria uma grande verba não significaria que teria, conseqüentemente, uma complexa profissionalização organizacional, a exemplificar que profissionalização não subjuga-se a quantias financeiras ainda que a estas também lhe digam respeito.

O que propusemos a este trabalho foi concatenar as dimensões analíticas que levantamos à profissionalização institucional. Pelo contexto inédito de campo, percebemos que o sistema em que se dá a profissionalização é maior do que as ONGs em si. Sai delas e não explica-se a um setor apenas (Estado ou Mercado) porque é apoiado na sincronia destes todos. É um sistema e, como tal, baseado em pessoas que lidam com limitações inseridas em crises de percepções sobre o próprio terceiro setor, haja vista as falas diversas dos agentes que se portam de maneiras distintas face a como percebem o ambiente em volta e como se percebem neste diante do medo da instabilidade de prossecução das atividades. As realidades sociais, e sociológicas ao olharem para estas sociais, estão em constante dinâmica. Mais do que entender isoladamente cada dimensão tratada deste trabalho, convém darmos luz às conexões que estas realizam porque não é o conjunto de dimensões, mas as conexões destas, que nos faz pensar nas conseqüências que versamos do atual

fluxo de profissionalização institucional. E como nos chegam estas conexões? Pelas relações sociais entre os agentes, os únicos capazes de estabelecer as relações institucionais. Parafraseando Capra, o que compõe uma melodia não são suas ondas isoladas. A essência dos acordes está nas relações. A relação entre duração e frequência compõe a melodia. As relações formam a música, as relações formam a matéria. (2003). A importância de tais relações que nos levou à flexibilidade da agência para compreender a estrutura.

O ponto tenso do que versamos está em propor que, se consideramos um sistema articulado entre os três setores, acentuado na relação Estado-ONGs, temos de relevar que neste sistema há renovação, esta que o faz possível. Agora, que tipo de sistema tem-se renovado no terceiro setor? Qual a crítica necessária ao que sustenta a profissionalização? Voltamos, pelo modelo cíclico de que falamos, à consequência de que a profissionalização tem fomentado problemas somente resolvíveis com mais profissionalização. Por isso, tanto nos preocupamos com esta certa vez que são suas contradições e incompletudes (porque se não as tivesse, não teriam as ONGs tantos problemas) que enrijecem a lógica do profissionalizar para sobreviver. As ONGs chegam atualmente a um ponto que não possuem autonomia para criar modelos externos à lógica da profissionalização institucional vigente e, conseqüentemente, passam a ter problemas de sustentabilidade. Eis quando o problema sociológico que propusemos à análise transforma-se num problema social que bloqueia instituições da sociedade civil e seus agentes. Adicionamos, não estamos a desconsiderar uma readaptação criativa dos sistemas, tampouco a dizer que a profissionalização é um fenômeno perene ou sem readaptações conjunturais. Entretanto, chamamos à atenção que sem um modelo autônomo mínimo da atual sociedade civil, e conseqüentemente das ONGs, o sistema a ser renovado tende a ficar restrito ao pé do que versamos nas ilustrações de campo, tanto no Brasil quanto em Portugal.

Aproveitamos desse ensejo para mais uma observação referente à questão de partida: se superficial seria desse estudo apenas dizer da

complexidade de profissionalização institucional de cada ONG da unidade de observação (porque dizer que na seleção do corpus existem instituições de uma ou de outra maneira não completa nossos objetivos de investigação), mais vale dele os meios que nos fizeram refletir as conexões das dimensões tratadas. A ressaltar uma de nossas dificuldades ao longo do trabalho, embora a literatura sobre o terceiro setor seja vasta, ainda falta-nos um quadro teórico mais amplo a dar sentido àquilo que permeia a sociedade do terceiro setor de que falamos. Temos a necessidade de passar da teorização abstrata à investigação empírica. Para isso, saltou-nos uma das grandes novidades da investigação, que foi o protagonismo do elemento autonomia, a categoria nativa (que surge em campo) que foi a base pela qual trabalhamos as conexões que mencionamos há pouco.

A autonomia funcionou-nos como uma espécie de elástico porque foi a dimensão analítica que circundou o espaço de manobra das demais dimensões ao passo que trabalho, especialização ou relações entre os agentes só ocorrem dentro dos limites institucionais por ela reguláveis. Todavia, não importante será a autonomia se a imaginamos como um círculo a fechar um território de ações, se não considerarmos a força com que podem ser ligadas as demais dimensões. Ou seja, dentro de um espaço limitado de autonomia vimos que, numa primeira instância, o que mais interessa às ONGs é a força da harmonia das dimensões onde ocorrem a profissionalização. A autonomia, uma suposta expansão desta margem imaginária, faz sentido aos agentes quando abre um espaço a ser utilizado conjuntamente a meios de sustentabilidade das organizações. Logo, por esse pré-requisito tão atual na dinâmica das organizações, a autonomia encena como coadjuvante de um repertório encadeado às limitações financeiras, a exemplo da ONG 04, com uma margem de autonomia praticamente inexistente mas que, entre as quatro instituições analisadas, soa como a organização que tem melhor estabilidade para manutenção das atividades atualmente.

Ainda no que se refere às dimensões trabalhadas, criamos eixos analíticos por onde circularam as noções de relações primárias e secundárias,

estas mais horizontalizadas ou verticalizadas de acordo com as abordagens apresentadas. Horizontalização e verticalização não se apresentaram como sinônimo ou antônimo dos traços de profissionalização institucional. Estas surgiram às conexões das dimensões analíticas de acordo com os fins propostos às ações (de quando interessam as relações primárias que observamos, via elementos de personalização, nas quatro entidades estudadas). Interessante notar que a luz sobre as questões pertinentes às formas de socialização e relações ganharam intensidade no campo a mais do que previmos na confecção do projeto que originou este trabalho, a ressaltar como transversal é tal ponto a responder a questão de partida sobre as consequências da profissionalização. Por isso, refrisamos, não é apenas a recorrência ou não da totalidade de dimensões analíticas verificadas numa ONG que responde sobre a complexidade de sua profissionalização, mas sim, a forma como são utilizadas tais dimensões e como se articulam na realidade do terceiro setor. Mais um exemplo a ratificar tal lógica é como se portam os agentes face aos processos de racionalização e, concomitantemente, como os constroem. As racionalidades instrumental e substantiva de que fala Habermas coexistem no campo das ONGs e tal coexistência gera unidades que sustentam a procura por profissionalização. As consequências dessa moldura que ancora as racionalidades dizem respeito às consequências do próprio processo de profissionalização que mencionamos no começo destas conclusões. É a lógica racional, seja ela de aspecto substantivo ou instrumental, que permite a operacionalização de medidas que alimentam a busca pela profissionalização.

Apoiamos o argumento acima ao fato de que, em campo, vimos como seria um reducionismo empobrecedor, do que já havíamos tratado como hipótese, localizar um “baixo” ou um “alto” grau de profissionalização nas entidades pesquisadas haja vista a complexidade das racionalizações que aí tramitam. Igualmente, pensar na profissionalização é pensar que seus agentes construtores são resultantes do cruzamento entre igrejas, universidade e/ou organizações de militância política certa vez que as ONGs desde a década de

1970 colocam-se como entidades alternativas às instituições originais destes seguimentos. (WANDERLEY, 2002). Completamos, a própria percepção diferenciada do que é profissionalização afeta o próprio processo de profissionalização tanto quando, em campo, vemos as diferenciações entre modelos como as ONGs 01 e 02 ou quando colocamos estas duas em análise com as entidades lusitanas. Embora tenhamos um fio que une as ONG 01 e 02 (brasileiras) ou as ONGs 03 e 04 (portuguesas), em nenhum destes dois campos podemos detectar homogeneidade, estando mais aceite, inclusive, pontos de semelhança às dimensões de profissionalização entre ONGs como a 02 e a 04. O valor inculcido ao fenômeno, e aqui valor é imbricado à validade das ações, é quem contorna as organizações. Propriamente à colaboração dos casos portugueses ao estudo, o grande “achado de campo” foi que a profissionalização das ONGs é extremamente, e bem mais do que supúnhamos, ligada à profissionalização dos agentes. A forma como tais agentes articulam palavras como “profissionais” é algo mais marcado e pontual à formação acadêmica, o que nos justificou recorrer à sociologia das profissões no entendimento destes constructos. Essa novidade de campo em Portugal nos abriu espaço a questionar/investigar com maior intento tais questões no Brasil. Como relatamos, nos casos brasileiros isto passa de forma diferente posto que seus agentes tendem a recorrer à profissionalização estrutural ao mesmo tempo em que percebem-se em seu processo. Isto tampouco invalida as subjetividades da percepção da agência, muito menos a descaracteriza de formações supostamente acadêmicas ou que sejam em outros formatos dedicados à agência. Esta foi, por assim dizer, a contribuição mais substantiva dos casos portugueses à reflexão do campo brasileiro. Ademais, o campo português nos abriu as discussões sobre as relações das ONGs com o Estado, igualmente para o campo brasileiro. Isso porque, ainda consoante contextos de crise, a figura do Estado representa poder de intervenção e a quem se espera recorrer numa primeira instância. Criticado, problemático, ou para alguns entrevistados, “falido”, o Estado ainda concentra um poder simbólico já perdido no campo brasileiro e vivenciado diferentemente de acordo com a complexidade de

profissionalização de cada organização, a considerar tal aspecto enlaçado às margens de manobra das organizações e, supostamente, ao parêntese de autonomia institucional. Imaginado esse contexto a uma representação que potencializa a figura da agência por quadros acadêmicos “profissionais”, nota-se que a relação ONGs-Estado (tanto aos casos analisados no Brasil quanto em Portugal) encontra-se cada vez mais frágil e sob a necessidade de permear-se a outras influências, como ao Mercado e ao próprio terceiro setor. No agente, pois, está o foco da busca por um Estado de Direito, de representação de um estado de bem-estar social, o que nos leva a refrisar que a profissionalização institucional é interessante a estes quadros de terceiro setor. Relevante ao nível mais interno, quando sob determinadas circunstâncias conjunturais e sociais, que ligam o esperado do que “venha” do Estado à materialização da missão que também haveria de ser sua, de interesse dos governos e da sociedade civil como um todo.

Salientamos que em Portugal as necessidades de profissionalização também se apresentam de forma diferente quando comparadas ao Brasil. Como dissertamos, a profissionalização vem a conjunturas variadas e a suposta segurança/dependência no Estado é problemática: limita as organizações na “criatividade” de recorrerem a diferentes alternativas porque o sistema integrante do terceiro setor de que fazem parte não está estruturado aos problemas de terceiro setor que tem o Brasil. O Estado gerir as ONGs portuguesas é visto positivamente até certa instância pelas entidades. Essa relação de dependência despontencializa alternativas que, quando da ausência deste Estado, deixam as organizações sem hipótese e sem agregados de profissionalização direcionados a pontos específicos da sustentabilidade financeira.

Se bem nos expressamos, no campo buscamos testar os limites das teorias que utilizamos e, por um processo também inverso, percebemos que pelas teorias repensadas podíamos testar nossas compreensões de campo. Como nossa investigação não foi de cunho propriamente comparativo, mas

com elementos comparativos, nos foi possível trabalhar com duas organizações portuguesas que possuíam uma complexidade de profissionalização expressiva (ainda que fossem organizações completamente distintas aos formatos de gestão). Caso tivéssemos optado por um estudo comparativo de um todo, o recorte do corpus não teria abrangido as perspectivas haja vista tal proposta metodológica no Brasil. Entretanto, a maneira como o fizemos trouxe-nos a vantagem de relativizar a maneira pela qual interpretamos a realidade a apontar as semelhanças e diferenças que apresentamos no capítulo quinto. Igualmente, salientamos que, devido à heterogeneidade do terceiro setor brasileiro, notadamente sentida quando comparada ao português, deu-nos mais sentido, no Brasil, optar por duas organizações com complexidades de profissionalização organizacional completamente distintas. Por fim, detectamos na unanimidade das 34 entrevistas analisadas um pessimismo coletivo dos agentes com relação ao futuro das organizações, o que notadamente saltou-se quando posta a última questão sobre como enxergavam o futuro da organização de que faziam parte. Isso traz uma contradição atual do terceiro setor que, ao mesmo tempo em que propõe motivações aos problemas sociais diversos cobertos por suas missões, tem uma agência que, embora empenhada, está desmotivada e desestimulada, sobretudo porque os aspectos das vidas pessoais destes indivíduos ficam igualmente vulneráveis face às incertezas do Setor. Percebemos, pois, uma agência frágil relativamente ao processo amplo de profissionalização institucional, ainda quando envolvida em processos de emponderamento pessoal acadêmico. Perceber tais conclusões pareceu-nos importante, mas a relevância do que versamos está no processo que sustenta e gera este trabalho, que questiona a maneira como tem se dado e renovado o atual processo de profissionalização institucional, carente de uma regulamentação prática e embutida às reflexões que alimentem não apenas a manutenção de um sistema de terceiro setor, mas a coerência entre este e os que dele fazem parte.

Bibliografia

CAPRA, Frijot. *O ponto de mutação*. Tradução: Álvaro Cabral. Cultrix. 24.ed, 2003.

CARDOSO, Ruth. “Fortalecimento da Sociedade Civil”. In: IOSCHPE, Evelyn. *3º Setor: desenvolvimento social sustentável*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

CARVALHO, Cristina Amélia Pereira de. *Preservar a identidade e buscar padrões de eficiência: questões complementares ou contraditórias na atualidade das Organizações Não-Governamentais?*In: Revista do GENEIT/PPGA/UFRGS, 1999. 24p

COELHO, Simone. *Terceiro Setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos*. 2.ed. São Paulo: SENAC, 2001.

COSTA, José Ricardo Ferreira da. *Sociedade Civil, Humanitarismo e Utilitarismo: um estudo empírico sobre os padrões de solidariedade das ONGs da RMR*. Dissertação de Mestrado. Recife / UFPE, 2004.

FONTES, Breno. “Capital Social e Terceiro Setor: sobre a estruturação das redes sociais em associações voluntárias”. *Caderno CRH*,30-31. Salvador, 1999.

HADDAD, Soraia. *A profissionalização chega às Organizações Sociais*. Gazeta Mercantil, 2002.

HILL, W.A e EGAN, D. M. *Readings in organization theory: a behavioral approach*. Boston: Allyn and Bacon, 1967.

IBGE. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Disponível em: <http://www.ibge.com.br/home/>.

LANDIM, Leilah. *Para Além do Mercado e do Estado? Filantropia e Cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro: ISER, 1993.

LAKATOS, Eva Maria. *Sociologia Geral*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

LIMA, Vilma Soares de. *Dádiva e voluntariado: ações de apoio junto a portadores de câncer*. Recife, Programa de Pós-Graduação em Sociologia / UFPE. Dissertação de Mestrado, 2004.

MELO, Marina. *A Missão das ONGs em um Terceiro Setor Profissionalizado: Estudos de Caso na RMR*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2009.

PAULA, Sergio; ROHDEN, Fabíola. “Filantropia empresarial em discussão: números e concepções a partir do estudo do Prêmio Eco”. In: LANDIM, Leilah (org). *Ações em Sociedade: Militância, caridade, assistência, etc*. Rio de Janeiro: ISER/NAU, 1998.

TEIXEIRA, Ana Claudia. *Identidades em construção: as organizações não-governamentais no processo brasileiro de democratização*. São Paulo: Annablume; FAPESP; Instituto Polis, 2003.

WANDERLEY, Luiz. "ONGs e universidades: desafios atuais". In: In: HADDAD, Sérgio (org). *ONGS e Universidade: Desafios para a Cooperação na América Latina*. São Paulo: Abong/Peirópolis, 2002.

Palavras-**Chave:**

ONGs;
Mercado;
Estado; Brasil;
Portugal

Resumo: O presente artigo tem como objetivo trazer à discussão as relações entre as Organizações Não-Governamentais (ONGs) e os demais setores: o Estado e o Mercado. A proposta baseia-se em quatro estudos de caso realizados entre os anos de 2008 e 2013 no Brasil, e 2010 a 2012 em Portugal, pelo qual investigou-se a profissionalização institucional destas entidades, a considerar aspectos como autonomia das ONGs, manutenção de redes de cooperação, relações de trabalho, dentre outras dimensões analíticas que dizem respeito à relação entre os três setores. Realizamos nas seguintes páginas apresentação e análise destes casos empíricos, seguidos de contextualização analítica a partir da sociologia das organizações.

Keywords:

NGOs; Market;
State; Brasil;
Portugal.

ABSTRACT: This article aims to bring the discussion of the relationship between Non-Governmental Organizations (NGOs) and other sectors: the State and the Market. The proposal is based on four case studies conducted between 2008 and 2013 in Brazil, and 2010 and 2012 in Portugal. This study had investigated the institutional professionalization of these entities, considering aspects such as autonomy of NGOs, maintaining networks cooperation, labor relations and others analytical dimensions that relate to the relationship between the three sectors. We conducted the following pages with the presentation and analysis of this empirical study, with a contextualization of the cases followed from the sociology of organizations.

Recebido para publicação em setembro/2014

Aceito para publicação em junho/2017